

DESVIOS NA SAÚDE

Witzel desconfia de delação

Pedido de libertação de ex-secretário faz governador imaginar que ele negociou colaboração

A autora dos pedidos que levaram à operação de busca e apreensão na residência oficial do governador do Rio, a subprocuradora-geral da República Lindora Maria Araujo reiterou a denúncia de que Wilson Witzel (PSC) está "possivelmente" na cúpula de uma organização criminosa que desviou recursos destinados ao combate à covid-19.

Em petição encaminhada ontem ao ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Lindora solicita ainda a soltura do ex-secretário estadual de Saúde Edmar Santos.

No governo do Rio, o pedido de libertação foi encarado como um sinal de que o ex-secretário negocia com o Ministério Público Federal um acordo de delação com promessa de informações comprometedoras contra o governador. Witzel é alvo de um processo de impeachment na Assembleia Legislativa do Rio.

"Incompetência"

No requerimento, a subprocuradora pede que, "ante a absoluta incompetência" da Justiça do Rio, a investigação que culminou na operação seja anexada ao inquérito que tramita no STJ e tem Witzel como um dos alvos.

Segundo a petição, "foi clara-

mente assentado no pedido de busca e apreensão [na casa de Witzel] que as provas coletadas até esse momento indicam que, no seio do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, foi criada uma estrutura hierárquica, devidamente escalonada a partir do governador, que propiciou as contratações sobre as quais pesam fortes indícios de fraudes".

Ainda segundo o requerimento, "é exatamente o mesmo grupo criminoso que está sob investigação" na esfera estadual e federal.

"A diferença é que, limitado pelo foro constitucionalmente deferido aos governadores, o MP-RJ não quebrou os sigilos, não realizou busca e apreensão e não teve acesso a elementos de prova que claramente colocam Wilson José Witzel no vértice da pirâmide, atraindo, sem nenhuma dúvida, a competência do STJ."

Em 26 de maio, a residência oficial do governador do Rio, a sede do governo e uma casa de Witzel foram alvo da operação Placebo, deflagrada a pedido do Ministério Público Federal.

A PGR diz que "esses fatos já estão sob a competência do Superior Tribunal de Justiça e estão sendo usurpados na operação deflagrada pelos órgãos do sistema de Justiça Estadual do Rio de Janeiro".



CARLOS MAGNO/GOVERNO DO RJ

A investigação de desvios na saúde no Rio de Janeiro levou a um pedido de impeachment de Witzel, que tramita na Assembleia Legislativa

SAIBAMAI

» O ex-secretário de Saúde do Rio Edmar Santos foi preso no dia 10 de julho.

» Três dias depois, a PGR solicitou que o caso fosse remetido a Brasília.

» O STJ negou o pedido e

determinou que a Justiça do Rio prestasse esclarecimentos.

» Em seu escritório, a 1ª Vara Criminal Especializada do TJRJ afirmou não ter encontrado elemento que servisse de indicativo "de eventual participação de qualquer autoridade com

prerrogativa de foro especial nos fatos ventilados nos feitos criminais." Em resposta, Lindora Araújo reiterou o pedido. A operação Mercadores do Caos foi desencadeada 18 dias antes, a cargo do Ministério Público do Rio.

Justiça não manda para STF relatório sobre antifascistas

Em resposta ao pedido feito pela ministra Cármen Lúcia, o Ministério da Justiça e Segurança Pública negou que tenha feito um dossiê ou que faça perseguição a servidores que sejam opositores do governo.

Mas, ao mesmo tempo, não negou que a Secretaria de Operações Integradas (Seopi) tenha feito um relatório monitorando funcionários supostamente relacionados com o movimento antifascista. E recusou-se a enviar tal relatório ao Supremo Tribunal Federal.

Catastrófico

Na resposta, o ministério disse que não pode compartilhar informações de inteligência. Segundo a pasta, "não seria menos catastrófico abrir-se o acesso ao Poder Judiciário a relatórios de inteligência".

A manifestação, aprovada pelo

ministro da Justiça, André Mendonça, foi endereçada à ministra Cármen Lúcia, que cobrou esclarecimentos sobre o monitoramento de servidores públicos antifascistas. O prazo de 48 horas fixado pela ministra se esgotara ontem.

Na resposta a Cármen Lúcia, o Ministério da Justiça afirma que o compartilhamento do relatório de inteligência traria riscos à segurança

"A atividade de Inteligência dedica-se a produzir conhecimentos para assessorar o processo decisório das autoridades públicas. Assim, é dever dizer que não há qualquer procedimento investigativo instaurado contra qualquer pessoa específica no âmbito da Seopi, muito menos com caráter penal

ou policial. Noutras palavras, não compete à Seopi produzir 'dossiê' contra nenhum cidadão e nem mesmo instaurar procedimentos de cunho inquisitorial", informou o Ministério da Justiça.

O ministério disse que a produção de relatórios em secretarias da pasta é "atividade essencial para a segurança do Estado e dos cidadãos". A pasta afirmou que a Seopi "não se coloca à serviço de grupos, ideologias e objetivos mutáveis e sujeito às conjunturas político-partidárias".

"Não se pode deixar de consignar que o vazamento de informações de inteligência é fato grave e que coloca em risco tanto atividades essenciais do Estado Brasileiro como pessoas eventualmente citadas nos relatórios, ainda que por simples pertinência temática com o assunto abordado", diz o texto.

MINISTÉRIO DA DEFESA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2020

Processo: 60585 003183 2019 - 31. Objeto: Contratação de serviços de demolição de emboço, peitoril de granito e forro de gesso, execução de reboco externo, forro de gesso, pintura e peitoril de granito das fachadas dos Blocos S e T da SQS 402 em Brasília-DF. Abertura das Propostas: 19/08/2020, às 9 horas. Retirada do Edital: a partir da publicação desse aviso, de 2ª a 6ª feiras, das 9h30 às 17h30, no Ministério da Defesa, através do site www.comprasgovernamentais.gov.br ou por solicitação ao e-mail nupreg@defesa.gov.br

RAFAEL DORIA GONÇALVES
Pregoeiro

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL,
ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DA DEFESA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 53/2020-HFA

Aviso de Abertura de Licitação

Registro de Preços para eventual aquisição de Instrumental para a Divisão de Odontologia, destinado a atender às necessidades do Hospital das Forças Armadas - HFA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

Cópia do Edital: Poderá ser adquirido no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Abertura da Sessão Pública: 20 de agosto de 2020, às 09h.

Endereço: Site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

Brasília - DF, 04 de agosto de 2020
KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Cel R/1
Ordenador de Despesas do HFA